

Estado perderá 50% de verba do SUS

ELAINE RODRIGUES

Por não ter criado o Conselho Estadual de Saúde, conforme determina a lei, o Governo do estado deixará de receber metade da verba que vinha sendo destinada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para pagar os serviços da rede pública e conveniada. A estimativa é do deputado Alexandre Cardoso (PSB). O corte nos recursos acontecerá porque o SUS voltará a pagar os serviços pela tabela de maio. A tabela foi reajustada em junho pelo Conselho Nacional de Saúde, que, no entanto, condicionou o repasse do reajuste à constituição dos conselhos e fundos de saúde estaduais, como manda a Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. O conselho deu um prazo de 30 dias, prorrogado até 30 de agosto, para o cumprimento da norma. Mas até hoje o Governo estadual não se manifestou.

Como os pagamentos nesses três meses foram feitos pela tabela reajustada, o uso de valores de maio representará, na prática, um corte de 50% nos recursos repassados pelo SUS.

— Tanto a rede pública quanto a conveniada entrarão em colapso — diz Alexandre Cardoso.

Para evitar isso, ele pretende enviar dois ofícios: um ao Ministério da Saúde, pedindo que não cumpra a lei, e outro ao governador Leonel Brizola, pedindo que cumpra a mesma lei. O corte deverá atingir os repasses correspondentes à Unidade de Cobertura Ambulatorial (UCA), às Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) e à hemoterapia, que foram reajustados através da Resolução 62, do Conselho Nacional, em 15 de junho.

Em valores reais, a redução dos repasses da UCA, por exemplo, deverá ser superior a Cr\$ 1 bilhão. Em agosto, segundo o ministério, a previsão do repasse da UCA — que financia hemodiálise e exames de laboratório, entre outros — é de Cr\$ 1,8 bilhão, contra Cr\$ 784 milhões recebidos em maio. Além do Rio, somente o Amazonas e o Rio Grande do Norte ainda não criaram seus conselhos de saúde, de acordo com o ministério.